

GT de Macrozoneamento

Data: 12 de Agosto

Ver lista de Presença

Zoraide (Emplasa) faz a abertura do GT e retoma os trabalhos do último encontro. Cita os trabalhos feitos pela Emplasa com a Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura. Aperfeiçoamentos sobre o que já está estabelecido como macrozona e questões rurais. A proposta para os trabalhos de hoje é que se avance mais no urbano, como trabalhar o interior da macrozona sustentável a partir de um extrato que já foi produzido. Como exemplo, se mantivermos as duas grandes macrozonas, podemos trabalhar as questões nas áreas estratégicas.

Foi feita a apresentação de slides retomando o estatuto da metrópole e o conceito de macrozoneamento apresentado no dia 5 de Agosto p.p.

Apresentou-se áreas estratégicas enquanto *layers* que se sobrepõem ao macrozoneamento e a relação das áreas estratégicas e as FPICs - Funções Públicas de interesse Comum definidas no PDUI. Possibilidade das áreas estratégicas incluírem os instrumentos de Estatuto da Cidade.

Foi feita uma breve apresentação dos mapas das dinâmicas metropolitanas, intenções de investimento, redes de transporte de média e alta capacidade e polos de atração de viagens, além de índices de vulnerabilidades espacializados.

Foi apresentada uma proposta de calendário par este GT de Macrozoneamento

Questões

Sugestão dada por Levy (Cotia) sobre cruzamento de polos com postos de trabalho e habitação, pois permitiria uma visão mais completa. Felipe fez um esclarecimento sobre a questão metodológica e Levy perguntou como homogeneizar o território e formular diretrizes a esses territórios.

Guilherme (PMSP) fala sobre conceitos que se sobrepõe como metrópole compacta e contenção da expansão urbana

Sandra (Consórcio do Grande ABC) falou sobre :

- centralidades
- área de vulnerabilidade
- dois aspectos para ler o urbano cinza e partir para a discussão das áreas estratégicas
- Focar nas áreas estratégicas

Glaucia comentou que é necessário que se defina o que é macrozoneamento. O GT precisa decidir a esse respeito. Diz que são importantes os critérios que Sandra colocou sobre as áreas estratégicas e destaca que o PDUI deve assinalar essas áreas.

Guilherme comenta que existe um consenso sobre não assinalar essas áreas e que as macrozonas são áreas de interesse metropolitano. As áreas estratégica estão no interior das macrozonas.

Carlos (CIOESTE) diz que é preciso rever a divisão dicotômica entre o ambiental e o urbano e focar nas áreas estratégicas. O problema seria a exclusão de territórios produtores de água, por exemplo.

Marcelo (Itapecerica) reforça as questões de escala e os desequilíbrios de realidades entre a porção central e a porção periférica da RMSP.

Sandra apresentou ao grupo uma sugestão que está sendo discutida no Grande ABC que é a explicação da compartimentação realizada no ABC. No caso da RMSP, polos e centralidades podem ser eventualmente muito úteis.

Florência (SMA) O problema, no caso da RMSP, são esses eixos que prolongam os anéis, por exemplo, evitar que Juquitiba se transforme em Embu. Necessário que se reverta esse contínuo processo de expansão.

Marcelo reforça os aspectos citados por Florência

Zoraide igualmente reforça a proposta e diz sobre a proposta da Emplasa.

Cláudia destaca a necessidade de fechar produtos e ir concluindo etapas de trabalho para que o processo possa ser avaliado e progredido através de consenso.

Pedro (Emplasa) reforça a importância do *check list* e propõe que o grupo já feche esse conteúdo e possa progredir o macrozoneamento. Outra coisa importante é o conteúdo que levaremos nas oficinas regionais:

1. É consenso levar a base de macrozoneamento?
2. Quais os elementos que vão por cima da base?

Joaquim (PMSP) tem dúvida sobre os cadernos a serem apresentados ao município. Não seria segmentar demais o tema metropolitano?

Pedro faz um breve esclarecimento sobre os cadernos e a compatibilização dos planos diretores municipais como subsídio ao macrozoneamento do PDUI.

Felipe (Emplasa) destaca que há um conteúdo regional mínimo e que ajustes municipais são necessários.

Sandra observa que na experiência do ABC foi diagnosticado o pensar metropolitano

Neto (Emplasa) comenta sobre o verde escuro e diz que está correto. Sobre o verde-claro - zona destinada ambientalmente e com estágios diferentes e graus diferentes de

comprometimento dos recursos. Poderia até configurar uma questão a ser tratada com interface às questões urbanas. A zona rural (e não é agrícola), é rural, pois é pensada em suas múltiplas atividades e funcionalidades, não necessariamente precisa ser uma terceira zona, já que é multifuncional. No limite, poderia ser levada para o interior do verde claro e se acharmos que é muito importante, podemos ressaltá-las individualmente. Neto entende que o macrozoneamento é composto pelas ideias-chave e ideias centrais. Nesse sentido, não pode haver uma única mancha urbana, pois ela não refletiria as questões-chave do PDUI, como exemplo, as cidades compactadas. Há questões que podem ser tardas de imediato: o urbano na área verde claro; se o rural fica dentro ou fora e o que consideramos no urbano.

Guilherme diz que há outras questões na mancha cinza, como:

- 1- território mais estratégico metropolitano – dinâmica metropolitana
- 2- território com vulnerabilidade e periférico
- 3- território mais local

Myrna (Emplasa) comenta que nas discussões do cinza já foram tratadas as questões de vulnerabilidade e a ocorrência se dá de forma esparsa.

Glaucia diz que é difícil tratar a homogeneidade, pois ela não existe.

Felipe fala da importância dos conceitos e escalas.

Glaucia observa que o macrozoneamento não assinala o território todo, não há homogeneidade.

Sandra quer avançar nas contribuições do "ocre" e avançar nas áreas rurais. Neto diz que poderíamos consolidar algo para daqui a uma semana.

Cláudia (Emplasa) fala sobre a leitura do território e proposições. Marcela volta à necessidade do *check list* e diz que o rural deve ser considerado no rural e não "spas" metropolitanos.

Carlos acha que podemos assinalar todo o território e depois, sinalizar os conflitos em escala menor.

Fátima (?) sugere o cruzamento (?) dos índices de vulnerabilidade com os setores subnormais. Isso possibilitaria melhor avaliação.

Leticia (Emplasa) esclarece que esse material está sendo analisado pela Emplasa e pode ser trazido no próximo encontro.

Ana Paula (?) diz que os consensos sobre o papel do macrozoneamento são necessários e que ainda não estão claros. Precisamos igualmente definir a escala que vai abranger.

João fala que não vê problema em pintar o território todo. Nesta escala o foco é ressaltar a vocação predominante do território o que compreenderia todo mapa.

Bibiana (Emplasa) concorda com a importância de se "pintar" todo o território para, justamente, reforçar o papel do território como sendo metropolitano.

Ana Paula (?) fala da escala dos problemas sendo metropolitano ou não.

Pedro sugere o check list:

1. Pinta tudo, mas não representa um formato final
2. Pendências: rural, urbano dentro do ambiental sustentável, precariedade e dificuldades, tentativa dos trabalhos do IG, índices subnormais, de vulnerabilidade, etc.
3. Metodologia ABC e tratamento dado às questões de precariedade
4. Bases oficiais: macrozoneamento pintando todo o território e sujeita a mudanças nas próximas oficinas
5. Eixos e centralidades como áreas estratégicas e debate sobre elas
6. Levaremos o item 4 e 5 nas oficinas

Carlos sugere que devem ser utilizadas as categorias do material da leitura dos planos diretores apresentado anteriormente para se avançar nas macrozonas.

Joaquim sugere que o grupo participe da avaliação das oficinas.

Neusa (SMA) Comenta que os municípios devem participar mais das oficinas.

Sandra acha que o macrozoneamento de ser reforçado enquanto objeto de discussão nas diversas oficinas.